

ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA

Prova Escrita Objetiva e Discursiva - Nível Superior Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo setenta questões objetivas, uma questão discursiva e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição da redação
- uma folha de textos definitivos destinada à resposta da questão discursiva



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

10

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e das questões discursivas e da redação é de sua inteira responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Conhecimentos Básicos

1

Observe o seguinte diálogo entre mãe e filha, quando esta volta do cabeleireiro:

Mãe: “O que é que houve? Você acabou não indo?”

A recomendação sobre a língua escrita que foi seguida nessa pergunta feita pela mãe é que sua fala:

- (A) seja o mais informativa que requeira o propósito da conversação;
- (B) seja a expressão da verdade;
- (C) seja relevante;
- (D) seja breve;
- (E) evite a obscuridade.

2

Observe agora um pequeno cartaz na porta de um estacionamento no centro da cidade, voltado para a rua:

SAÍDA DE VEÍCULOS
OBRIGADO

Nesse cartaz, a finalidade maior é:

- (A) solicitar que não se estacione na saída;
- (B) alertar para o perigo de atropelamento;
- (C) avisar que a entrada é localizada em outro lugar;
- (D) agradecer o uso do estacionamento;
- (E) evitar a entrada e a saída de veículos simultaneamente.

3

Abaixo estão cinco enunciados seguidos de uma pressuposição necessária para que ele faça sentido; a frase que mostra uma pressuposição adequada é:

- (A) Heitor lamenta que os pais de sua namorada viajem neste final de semana / A viagem a ser realizada é pouco demorada;
- (B) Dois amigos meus vão a São Paulo no próximo domingo / Os dois amigos têm namoradas na cidade de São Paulo;
- (C) Me dá pena que uma moça como ela esteja saindo com o Carlos / Carlos está desempregado e sem dinheiro;
- (D) Aquele casal pretende bronzear-se em Copacabana / Em Copacabana faz sol constantemente;
- (E) Deixou de ir ao Rio pelo excesso de calor / A pessoa que viajaria ao Rio não possuía roupas adequadas.

4

Observe a seguinte situação:

Guilherme, que está viajando, pede a Magda, por e-mail, que compre para ele uma revista e verifique se foi publicado corretamente o artigo que ele havia escrito e, se isso ocorreu, que lhe envie. Alguns dias depois, Magda responde: “Não me esqueci da revista. Já a comprei.”

Ocorre nessa situação uma falha na comunicação, que é certamente devida ao seguinte fato:

- (A) Magda mentiu sobre o fato de ter comprado a revista;
- (B) Magda presta informações insuficientes a Guilherme;
- (C) Guilherme não expõe com clareza seu pedido;
- (D) Magda constrói sua resposta com ambiguidade;
- (E) Guilherme é muito prolixo em sua solicitação.

5

Observe a seguinte situação comunicativa:

“Roberto envia a Viviane, uma escritora consagrada, um conto escrito por ele, para que ela lhe dê sua opinião. Ao ler o conto, no qual a protagonista é uma caricatura dela mesma, responde a Roberto: ‘Seu conto está muito bom. Estou aliviada de que não tenha sido escrito para publicação, mas como diversão entre nós. Ri muito com a protagonista. Você tem muito senso de humor e isso é bom para quem escreve’.”

Pode-se inferir da resposta de Viviane que ela:

- (A) faz deduções a partir das informações de Roberto;
- (B) declara que o conto deve conter fatos humorísticos;
- (C) considera o conto indigno de publicação;
- (D) reconhece a relação da protagonista com ela mesma;
- (E) não responde à solicitação de Roberto.

6

Uma das boas qualidades de um texto é a relevância da informação prestada; imagine que este concurso já foi realizado e que jornais de Rondônia publiquem, logo após as provas, informações sobre ele para os candidatos; nesse caso, a notícia mais relevante seria:

- (A) aumento do número de vagas;
- (B) entrevistas com os candidatos;
- (C) publicação do gabarito provisório;
- (D) informações sobre futuros salários;
- (E) prazo para os recursos.

7

Observe as seguintes frases de e-mails, prestando atenção ao emprego de diminutivos:

1. João está bem, mas deve tomar cuidadinho.
2. Estou um pouquinho cheio deste trabalho.
3. Ela faz uma coisinha qualquer e logo a mãe baba.
4. Pouco a pouco vou aprendendo um pouquinho mais.

O que se pode depreender do emprego desses diminutivos é que há em:

- (A) (1) uma recomendação ao comportamento de João;
- (B) (2) uma maior intensidade na afirmação;
- (C) (2) e (4) idêntico valor;
- (D) (3) um valor afetivo;
- (E) (4) um valor irônico.

8

Os pronomes pessoais podem mostrar valor anafórico (quando se referem a algo já presente no texto) ou dêitico (quando se referem a elementos da situação de comunicação).

A opção em que o pronome sublinhado tem valor dêitico é:

- (A) O pagamento, não se deve esperá-lo para tão cedo.
- (B) Os maridos cuidam das mulheres quando elas adoecem.
- (C) Quem disse isso? Você?
- (D) Trabalhar é duro, mas eu o faço com prazer.
- (E) Você acha que é esperto, João?

9

“Chamou Carlos e lhe disse: Amanhã irei ver você.”

Nesse segmento, “Amanhã irei ver você” é exemplo de discurso direto; colocando a frase em discurso indireto precedido da forma verbal “disse”, a forma adequada seria:

- (A) que irá vê-lo amanhã;
- (B) que iria vê-lo no dia seguinte;
- (C) que iria ver você amanhã;
- (D) que iria ver você no dia seguinte;
- (E) que irá ver você no dia seguinte.

10

Eis o texto de um e-mail, enviado a uma ex-namorada:

“As fotografias estão ótimas; acho que perdi bons momentos; vou ver se qualquer dia desses envio uma foto minha para você, você sabe que eu não gosto de tirar fotos”.

A marca linguística que está presente nesse pequeno texto é:

- (A) a formalidade da linguagem empregada;
- (B) a extensão demasiada das frases;
- (C) o uso de formas abreviadas em exagero;
- (D) a preocupação com a clareza da mensagem;
- (E) a presença de marcas da linguagem oral.

11

Um pai envia do interior do estado uma mensagem para seu filho, na capital: “Filho, vou até aí na segunda-feira só para almoçar com você!”

Nesse caso, o termo **SÓ** tem o mesmo valor em:

- (A) Briguei com ele só porque ele a ofendeu;
- (B) Só por causa de dez reais, não precisava tudo isso;
- (C) Só para almoçar, eu levei mais de duas horas;
- (D) Fiquei lá só para assistir ao espetáculo;
- (E) Do arbusto, só nasceram duas flores.

12

Um comentário crítico sobre um filme dizia: “O filme é bom, MAS um pouco lento e monótono!”.

A frase abaixo em que o termo **MAS** apresenta idêntico significado ao desse caso é:

- (A) Tem muito dinheiro, mas é muito infeliz.
- (B) Mas por que ela não veio?
- (C) Não só ele mas também ela compareceu.
- (D) Mas você é muito maluco, cara!
- (E) Você acaba de saber disso, mas como?

13

O dicionário de sinônimos de Antônio Houaiss mostra os seguintes para o verbo *puxar*: *absorver, apertar, aproximar, ofegar, arrancar, destacar, bajular* etc.

Em todas as frases abaixo foi empregado o verbo *puxar*; aquela frase em que seria adequado o emprego de *aproximar* é:

- (A) Esse material puxa a tinta;
- (B) A música puxava os turistas para a praça;
- (C) O convidado puxou a cadeira para sentar-se;
- (D) O menino puxava o carrinho pela areia;
- (E) Amendoim salgado puxa cerveja.

14

Em todas as frases abaixo foram empregadas formas do tempo verbal do imperfeito (indicativo ou subjuntivo); a frase em que essa forma verbal tem o valor de ação passada dentro da qual ocorre outra é:

- (A) Minha filha tinha uma postura muito elegante;
- (B) Enquanto dormia, roubaram o relógio dela;
- (C) Eles pensavam visitar o centro na segunda-feira;
- (D) Se tivesse dinheiro, comprava esse carro;
- (E) Olha só onde estava o meu relógio.

15

A frase abaixo em que o verbo *trabalhar* pode adquirir sentido positivo ou negativo, conforme a situação comunicativa, é:

- (A) Aqui se vem para trabalhar;
- (B) Nesta escola se trabalha duro;
- (C) Ela trabalha fora todos os dias da semana;
- (D) Nada temos feito além de trabalhar;
- (E) Ele trabalha muito bem a pedra em suas esculturas.

16

Imagine um país de grande número de imigrantes, que mandam dinheiro para seus países de origem. Numa campanha publicitária, que se refere ao trabalho dos Correios, aparecem frases diferentes com o verbo *mandar*, utilizando duplo significado desse verbo: *comandar ou enviar*.

A frase em que só há um desses significados possíveis é:

- (A) Não fico preocupado quando me mandam;
- (B) Em minha casa quem manda é a minha mãe;
- (C) Na família, só eu é que mando;
- (D) O sargento manda e todos obedecem;
- (E) Como eu, também meu pai mandava.

17

Segundo estudos teóricos, para que um texto conversacional seja eficiente, é necessário que ele respeite a máxima de quantidade, ou seja, que sua contribuição seja tão informativa quanto requeira o propósito da conversação.

Imagine que as frases abaixo, sobre a palavra *amigo*, estejam presentes em conversa entre dois amigos, cuja finalidade é um deles dar para o outro conselhos sobre a amizade.

Aquela frase em que a informação é perfeitamente adequada ao contexto é:

- (A) Os amigos são como os abacaxis: temos que provar muitos para achar um bom;
- (B) Um amigo de todo mundo não é um amigo;
- (C) Não há amigos; há momentos de amizade;
- (D) A amizade é mais difícil e rara que o amor;
- (E) A amizade é um amor que não se comunica pelos sentidos.

18

Observe o seguinte diálogo, presente numa tira da célebre Mafalda, em que uma amiga da mãe conversa com elas:

- Amiga: Ah, então esta é a tua filha? Que bonitinha!
- Amiga: (dirigindo-se a Mafalda) Então, de quem você gosta mais: do papai ou da mamãe?
- Mafalda: A senhora quer uma resposta standard ou uma resposta mais completa do que sinto por cada um deles?

Sobre os componentes dessa tira, é correto afirmar que:

- (A) a primeira pergunta da senhora tem por objetivo criar alguma dificuldade para a menina;
- (B) a resposta standard aludida por Mafalda certamente mostraria a sua preferência por um deles;
- (C) a resposta mais completa aludida por Mafalda estaria mais de acordo com a situação comunicativa da tira;
- (D) o efeito cômico da tira se efetiva no fato de Mafalda fugir da resposta da amiga da mãe;
- (E) a primeira pergunta da senhora busca criar simpatia e estabelecer uma relação amistosa com Mafalda.

19

Um fabricante de ração para animais colocou no anúncio dessa comida a seguinte frase:

“A qualidade de nossos produtos é tão boa que qualquer animal se dá conta”.

Sobre essa frase publicitária, é correto afirmar que:

- (A) ocorre a valorização do produto por meio de uma comparação;
- (B) a mesma expressão pode referir-se de modo carinhoso ao proprietário dos animais de estimação;
- (C) a oração “que qualquer animal se dá conta” indica a causa da oração anterior;
- (D) a expressão “qualquer animal” mostra valor ambíguo, podendo ser prejudicial ao anúncio;
- (E) a frase indica que também os humanos poderiam alimentar-se com essa ração de ótima qualidade.

20

Um diálogo entre amigos:

- O Roberto já chegou aqui?
- Ainda está esperando os amigos no bar.
- (A) o advérbio *já* indica que a ação terminará em breve;
- (B) o advérbio *ainda* indica que a ação está em processo;
- (C) o advérbio *já* na primeira frase indica que Roberto chegou antes do previsto;
- (D) a segunda frase mostra que Roberto já chegou ao local;
- (E) os advérbios *já* e *ainda* se referem, respectivamente, a lugar e a tempo.

21

Um estudante e um professor, que haviam marcado uma reunião de estudos após as aulas, se encontram no corredor e travam o seguinte diálogo:

- Estudante: Oi, Paulo, você vai estar no seu gabinete amanhã às três horas, não é?
- Professor: Bom, não sei...
- Estudante: Mas, o senhor... (se afasta, contrariado)

Sobre essa conversação, é correto afirmar que:

- (A) o estudante mostra não dominar o uso correto da língua, ao misturar os tratamentos “você” e “senhor”;
- (B) o emprego de “você” na primeira frase do estudante mostra descortesia, já que se trata de um professor, a quem se deve dirigir um tratamento respeitoso;
- (C) o tratamento de “senhor” mostra um distanciamento em relação ao professor, em função da situação criada;
- (D) as reticências ao final da fala do professor indicam que algo não foi registrado no texto;
- (E) as reticências ao final da segunda fala do estudante indicam dúvida sobre o que pensar.

22

A frase abaixo que mostra a presença do discurso indireto livre é:

- (A) Passageiros e parentes estavam na plataforma. Adeus, meu filho. O trem teve sua chegada anunciada pelo alto-falante;
- (B) Todos os passageiros carregavam malas e reclamavam bastante do calor;
- (C) O trem chegou buzinando de forma estridente. Todos se prepararam para entrar nos vagões;
- (D) Os vagões estavam vazios e muito bem limpos, não deixando espaço para reclamações;
- (E) A viagem transcorreu com tranquilidade e ouviram-se roncões de alguns que dormiam.

23

Observe a seguinte situação:

Um casal espera, há mais de uma hora, pelo pedido de comida; no meio da conversa dos dois, a frase que deve ser encarada como ironia é:

- (A) Puxa vida! Que demora!
- (B) Já estou aborrecido. Vou falar com o gerente!
- (C) Espero que, pelo menos, a comida venha saborosa!
- (D) Que rápido é o serviço neste restaurante!
- (E) Devem estar sem funcionários suficientes!

24

O futuro da Amazônia nas próximas décadas será contado pelo Brasil, pois ele abriga dois terços da Floresta Amazônica. A preservação de sua biodiversidade é uma ação que tem repercussões socioeconômicas em âmbito nacional e também global.

Assinale a afirmativa que descreve corretamente o impacto de uma política de proteção ambiental e de gestão sustentável da Amazônia:

- (A) a conservação da cobertura vegetal, de relevância global pelo seu impacto na questão climática, depende da substituição do carvão vegetal pelo mineral, como fonte de combustível não poluente;
- (B) manter a floresta em pé é uma condição para que se atinjam as metas do Acordo de Paris (acordo do clima), que tem como principal objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa para limitar o aumento médio de temperatura global;
- (C) o Brasil pode despontar como potência ambiental regional, ao exercer um controle na regulação dos ciclos hídricos das Bacias Amazônica e do Prata, estabilizando os regimes de chuvas;
- (D) para os que vivem na Amazônia Legal, manter a floresta em pé significa perder oportunidades de gerar riqueza para o mercado interno e externo e melhorar a sua qualidade de vida;
- (E) a conservação ambiental da Amazônia depende do incentivo a atividades regenerativas e de baixo carbono, como as ligadas à agropecuária e à exportação de cacau, pimenta-do-reino, açaí, frutas tropicais e peixes nativos, entre outros.

25

Em 2019, três meses após o desastre em Brumadinho (Minas Gerais), ocorreu o rompimento de duas barragens de decantação em uma área de extração de cassiterita na cidade de Machadinho d'Oeste, no Vale do Jamari, em Rondônia. A cassiterita é o principal minério do estanho, elemento químico usado em ligas metálicas pela indústria.

São impactos socioambientais decorrentes da exploração de cassiterita em Rondônia, EXCETO:

- (A) processos erosivos, causados por desmatamento e escavações;
- (B) alteração geológica, pela abertura de lavras subterrâneas, dada a profundidade dos depósitos;
- (C) degradação da paisagem e alteração do ecossistema local, com redução da floresta e afugentamento dos animais;
- (D) abertura de estradas, construção de acampamentos e de moradias perto das minas;
- (E) poluição e assoreamento de rios e igarapés pelo despejo de lama de rejeito de mineração.

26

A respeito da evolução política de Rondônia, analise as afirmativas a seguir, assinalando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

() Em 1943, foi constituído o Território Federal do Guaporé, com capital em Porto Velho, a partir do desmembramento de parte do Mato Grosso e do Amazonas, e faz referência ao rio Guaporé que divide Rondônia do Pará.

() Em 1956, o território federal recém-criado passou a se chamar Rondônia, em homenagem à Expedição Rondon-Roosevelt, para construir uma linha telegráfica que conectaria Mato Grosso a Goiás.

() Em 1982, Rondônia se torna um estado da Federação e, nesse mesmo período, é implantada a sua nova organização político-administrativa, são criados novos municípios e a urbanização é acelerada.

A sequência correta é:

- (A) V – F – F;
- (B) V – V – F;
- (C) F – V – V;
- (D) V – F – V;
- (E) F – F – V.

27

A rede hidrográfica de Rondônia é representada pelo rio Madeira e seus afluentes, que formam sete bacias hidrográficas. A respeito do comprometimento das principais bacias da região, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) lança um alerta sobre os desafios quanto à redução do volume de água dos rios e igarapés e sua degradação.

As principais causas desse processo de degradação são, EXCETO:

- (A) exploração de ouro em garimpos aluvionais, com dragas que revolvem o leito dos rios, impactando a fauna aquática;
- (B) retirada das matas ciliares, comprometendo a barreira física que regula os processos de troca entre os ecossistemas terrestres e aquáticos;
- (C) urbanização desorganizada, com a ausência de saneamento básico e de programas de tratamento do lixo;
- (D) atividades produtivas poluentes, como o extrativismo mineral e a contaminação hídrica por resíduos minerais e pela lama das lavras;
- (E) instalação das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, o desmatamento e a crescente demanda por água para diversos usos.

28

A respeito do desenvolvimento da agricultura em Rondônia, analise as afirmativas a seguir, assinalando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

() O desenvolvimento mais sistemático das atividades agrícolas ocorreu nos anos 1970, a partir de projetos de colonização do governo federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), como o PIC Ouro Preto, na região central do Estado, próximo à Vila de Rondônia.

() A partir da consolidação da malha rodoviária, nos anos 1980, a expansão da pecuária extensiva mudou a estrutura fundiária da região, favorecendo a conversão de áreas agrícolas em pastagens e consolidando a agropecuária e a concentração de terras.

() Desde o ano 2000, a região ao sul do Estado, conhecida como MATOPIBA, é abarcada pelo deslocamento da fronteira agrícola da soja, iniciada em Mato Grosso e se expandindo em direção a Rondônia, exercendo uma pressão intensa na Floresta Amazônica.

A sequência correta é:

- (A) V – V – V;
- (B) V – V – F;
- (C) F – F – V;
- (D) V – F – V;
- (E) F – V – F.

29

Entre os interesses envolvidos na delimitação do território rondoniense no período colonial, é importante destacar:

- (A) a preocupação da Coroa lusa com a conquista e manutenção da região amazônica, que levou ao financiamento da expedição de Gonzalo Pizarro e Francisco de Orellana;
- (B) a expulsão dos holandeses do Maranhão, que levou à fundação de fortificações na embocadura do Amazonas, como o Forte de São Joaquim e o Forte do Presépio de Santa Maria;
- (C) a ação de bandeirantes em busca de ouro aluvial e outras riquezas do sertão, como a de Raposo Tavares, que partiu de Belém e chegou à Bolívia, atingindo a foz do rio Jamari;
- (D) as atividades missionárias dos jesuítas, que implantavam aldeamentos e, com base na mão de obra indígena, tornavam-se os principais fornecedores das drogas do sertão;
- (E) a implantação de vilas no Vale do Guaporé, pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que estimulou a imigração de colonos pobres oriundos de outras capitanias.

30

Dentre os sistemas gerais de circulação atmosférica de destaque para Rondônia, assim como para a Amazônia como um todo, responsáveis pelos padrões hidrológicos e climáticos, vale ressaltar o sistema meteorológico que atua nos trópicos, onde se encontram os ventos nordeste e leste, conhecidos como anticiclone dos Açores e anticiclone do Atlântico Sul, respectivamente.

O trecho se refere ao sistema meteorológico denominado:

- (A) Zona de Convergência Tropical;
- (B) Zona de Convergência Intertropical;
- (C) Zona de Convergência do Atlântico;
- (D) Zona de Convergência do Pacífico;
- (E) Zona de Convergência Equatorial.

Conhecimentos Específicos

31

Um partido político, que somente contava com representação no Senado Federal, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade almejando o reconhecimento da invalidade da íntegra da Lei nº XX, do Estado ZZ, que dispunha sobre a concessão de determinado benefício fiscal. Na ocasião, impugnou, ainda, o Decreto nº YY, que regulamentara a forma como o benefício seria concedido.

Na situação descrita, o Supremo Tribunal Federal:

- (A) não deve conhecer da ação, em razão da ilegitimidade do respectivo autor;
- (B) pode declarar a inconstitucionalidade da Lei nº XX, juntamente com a do Decreto nº YY, em razão da interdependência entre ambos;
- (C) pode declarar a inconstitucionalidade da Lei nº XX e a ilegalidade do Decreto nº YY, na relação processual voltada ao controle concentrado de constitucionalidade;
- (D) não deve conhecer da ação, em razão da acumulação indevida de pedidos, já que o Decreto nº YY não está sujeito ao controle concentrado de constitucionalidade;
- (E) só pode declarar a inconstitucionalidade da Lei nº XX, cabendo às instâncias ordinárias avaliar se devem, ou não, aplicar o Decreto nº YY, cujo fundamento foi suprimido.

32

Antônio requereu a concessão de licença para instalar uma farmácia na zona comercial do Município Alfa. O seu requerimento, no entanto, foi indeferido pela fiscalização de área, subordinada ao Secretário Municipal de Ordem Pública, sob o argumento de que já existiam três outras farmácias na mesma quadra, o que gerava um desequilíbrio em outras área da cidade, prática vedada pela Lei municipal nº XX.

Considerando que a decisão afrontava o teor de Súmula Vinculante, para que a questão seja submetida à apreciação do Supremo Tribunal Federal, Antônio, ao ser dela cientificado, deve:

- (A) considerar nula a decisão proferida e praticar os atos amparados pela Súmula Vinculante, com posterior referendo do Tribunal;
- (B) esgotar as vias administrativas, ingressar com ação no juízo competente, exaurir a instância ordinária e ajuizar reclamação;
- (C) ingressar com ação no juízo competente, exaurir a instância ordinária e ajuizar reclamação;
- (D) esgotar as vias administrativas competentes e ajuizar reclamação;
- (E) ajuizar reclamação diretamente, independentemente de qualquer outro ato.

33

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) constituída no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado Alfa deliberou, em decisão fundamentada, pela quebra do sigilo fiscal de Maria e Pedro. A instituição financeira competente, uma autarquia federal, negou-se a fornecer os dados almejados, sob o argumento de que a lei complementar federal que trata da matéria não previu essa possibilidade. Inconformada, a Assembleia Legislativa do Estado Alfa decidiu impetrar mandado de segurança para que lhe fosse assegurado o acesso às informações, havendo dúvida sobre a competência originária do Supremo Tribunal Federal para julgá-lo.

À luz da sistemática constitucional, o Supremo Tribunal Federal é:

- (A) competente para julgar o mandado de segurança; e as informações solicitadas pela CPI, por simetria com o modelo federal, deveriam ter sido fornecidas;
- (B) competente para julgar o mandado de segurança, mas as informações solicitadas pela CPI exigiam prévia autorização judicial para o seu fornecimento;
- (C) incompetente para julgar o mandado de segurança, que deveria ser impetrado perante um juiz federal, mas as informações solicitadas pela CPI exigiam prévia autorização judicial para o seu fornecimento;
- (D) incompetente para julgar o mandado de segurança, que deveria ser impetrado perante um Tribunal Regional Federal, mas as informações solicitadas pela CPI exigiam prévia autorização judicial para o seu fornecimento;
- (E) incompetente para julgar o mandado de segurança, que deveria ser impetrado perante um juiz federal; e as informações solicitadas pela CPI, por simetria com o modelo federal, deveriam ter sido fornecidas.

34

A Lei nº XX, do Estado Beta, alterou o regime jurídico dos servidores públicos estaduais, de modo a estabelecer uma nova sistemática de cálculo para a gratificação anual de desempenho, calculada e paga a cada exercício. Apesar de dispor que essa sistemática apenas incidiria em relação às gratificações correspondentes aos exercícios futuros, o último preceito da Lei nº XX dispôs que ela seria aplicada àqueles servidores que tomaram posse em momento anterior à sua vigência. Em razão do ajuizamento de diversas ações individuais pelos servidores, muitos juízes, nos diversos quadrantes do Estado Beta, vinham considerando inconstitucional o último preceito da Lei nº XX, afastando a sua incidência sobre os servidores que tomaram posse em momento anterior à sua vigência.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o último preceito da Lei nº XX é:

- (A) constitucional, desde que tenha sido assegurada aos servidores a opção pela sistemática anterior de cálculo;
- (B) inconstitucional, sendo corretas as decisões que, em sede de controle difuso de constitucionalidade, afastaram a sua aplicação;
- (C) inconstitucional, mas os juízes não poderiam ter deixado de aplicá-la antes de decisão do Tribunal competente, em razão da reserva de plenário;
- (D) inconstitucional, pois as leis têm eficácia futura, não podendo afastar direitos incorporados à esfera individual, mas os processos deveriam ser suspensos até decisão do Tribunal;
- (E) constitucional, sendo incorretas as decisões que, em sede de controle difuso, afastaram a sua aplicação, mas não é cabível o ajuizamento de ação declaratória de constitucionalidade.

35

O Tribunal de Contas do Estado Alfa recebeu (I) as contas de gestão do Prefeito do Município Beta, afetas à sua atuação como ordenador de despesa; e (II) as contas de governo do mesmo agente, inerentes à sua gestão política à frente da Chefia do Poder Executivo, e que expressam a atividade financeira do Município no exercício financeiro a que se referem.

À luz da sistemática constitucional, o Tribunal de Contas do Estado Alfa deve:

- (A) julgar as contas descritas em I e II;
- (B) julgar as contas descritas em I e emitir parecer prévio nas contas referidas em II, que serão livremente julgadas pela Câmara Municipal;
- (C) julgar as contas descritas em II e emitir parecer prévio nas contas referidas em I, parecer que só não prevalecerá por decisão da maioria absoluta da Câmara Municipal;
- (D) limitar-se a emitir parecer prévio nas contas descritas em I e II, mas o parecer só não prevalecerá por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, que as julgará;
- (E) atuar no processo bifásico de análise das contas descritas em I e II, competindo-lhe julgá-las, podendo a Câmara Municipal deixar de acolher sua decisão pelo voto da maioria absoluta.

36

Ingrid nasceu no território da Bélgica à época em que seu pai, brasileiro, ali atuava em uma indústria privada de conectores eletrônicos. Sua mãe era belga.

Considerando que Ingrid foi registrada apenas perante o órgão competente belga, não perante uma repartição brasileira, ela é considerada:

- (A) estrangeira, somente lhe restando a opção de se naturalizar brasileira, na forma da lei;
- (B) brasileira nata, já que seu pai era brasileiro e se encontrava em território belga a trabalho;
- (C) brasileira nata, pois a ordem constitucional brasileira adota, em caráter conjunto, os modelos do *jus soli* e do *jus sanguinis*;
- (D) estrangeira, mas, caso venha a residir no território brasileiro e opte, a qualquer tempo, após atingir a maioridade, pela nacionalidade brasileira, adquiri-la-á em caráter nato;
- (E) estrangeira, mas pode adquirir a nacionalidade brasileira, em caráter nato, caso o requeira, em território belga, perante repartição consular brasileira, no ano seguinte à maioridade.

37

Durante todo o ano de 2019, todas as sextas-feiras, João, Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, permitiu e concorreu para que sua amante Joana utilizasse, para fins particulares, bens integrantes do acervo patrimonial do Poder Judiciário estadual, consistentes em veículo oficial e combustível, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie. Foi instaurado processo administrativo disciplinar (PAD) para apurar os fatos, que concluiu que, apenas de combustível, o prejuízo ao erário foi na ordem de doze mil reais. Cópia do PAD foi remetida ao Ministério Público estadual (MP) que ajuizou ação civil pública por ato de improbidade em face de João e Joana. O MP requereu liminarmente o decreto da indisponibilidade de bens dos demandados.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o magistrado deve:

- (A) indeferir a cautelar, diante da ausência de previsão legal expressa na lei específica de regência, devendo o Ministério Público, se assim entender conveniente, ajuizar ação autônoma de sequestro de bens dos demandados;
- (B) indeferir a cautelar e extinguir o processo sem resolução do mérito, em razão da inadequação da via eleita, eis que o servidor público demandado não ostenta a qualidade de agente político e, por isso, não se submete ao regime jurídico da lei de improbidade administrativa;
- (C) deferir a cautelar, caso haja fortes indícios da prática de ato de improbidade administrativa, não havendo necessidade de comprovação de que os demandados estejam dilapidando seu patrimônio ou na iminência de fazê-lo, tendo em vista que o *periculum in mora* é presumido;
- (D) deferir a cautelar, caso haja imprescindível comprovação do *fumus boni iuris*, consistente em indícios da prática de ato de improbidade administrativa, e do *periculum in mora*, com a demonstração de que os demandados estejam dilapidando seu patrimônio ou na iminência de fazê-lo;
- (E) deferir a cautelar, caso haja comprovação de que os demandados estejam dilapidando seu patrimônio ou na iminência de fazê-lo, não havendo necessidade de demonstração de fortes indícios da prática de ato de improbidade administrativa, tendo em vista que o *fumus boni iuris* é presumido.

38

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia editou a Resolução nº 184/2021-TJRO, que estabelece o horário de expediente e a jornada de trabalho nos órgãos do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e dá outras providências.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o citado ato praticado pelo chefe do Judiciário estadual está calcado no chamado poder:

- (A) de polícia administrativa, que disciplina a atividade dos servidores públicos;
- (B) de discricionariedade, que permite ao Presidente do Tribunal inovar no ordenamento jurídico;
- (C) normativo, que visa regulamentar situação de caráter geral e abstrato;
- (D) disciplinar, que autoriza o Presidente do Tribunal a estabelecer rotinas administrativas internas;
- (E) hierárquico, que confere ao Presidente do Tribunal a prerrogativa de editar normas concretas.

39

Diante da implantação do processo eletrônico, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado Alfa verificou que a circulação de pessoas e a ocupação das salas no fórum da Comarca Beta diminuiu vertiginosamente. Após estudos e planejamento estratégico, em outubro de 2021, o Tribunal concluiu que um dos blocos do citado fórum, consistente em edifício autônomo situado no imóvel ao lado do prédio principal, atualmente não está sendo utilizado e, por isso, deveria ser vendido.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, a alienação do mencionado bem imóvel, demonstrada a existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de:

- (A) avaliação, exigirá autorização do Tribunal de Contas e dependerá de licitação na modalidade concorrência;
- (B) estudo de viabilidade e economicidade da alienação e dependerá de autorização do Tribunal de Contas;
- (C) avaliação, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade pregão;
- (D) avaliação, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão;
- (E) estudo de viabilidade e economicidade da alienação e dependerá de licitação na modalidade concorrência, sendo desnecessária autorização legislativa.

40

Em razão das fortes chuvas do último mês de junho, determinada região do Município Alfa ficou totalmente alagada e muitas famílias ficaram desabrigadas. Diante do iminente perigo público, o prefeito municipal usou a propriedade privada de João, consistente em um amplo galpão que estava inutilizado, para assentar as famílias atingidas por uma semana até a solução definitiva dada ao caso.

Na hipótese narrada, o prefeito se valeu da intervenção do Estado na propriedade chamada:

- (A) ocupação temporária, mediante prévia e justa indenização a João;
- (B) requisição administrativa, assegurada a João indenização ulterior, se houver dano;
- (C) desapropriação temporária, mediante imediata e justa indenização a João;
- (D) limitação administrativa, assegurada a João indenização ulterior, se houver dano;
- (E) servidão administrativa, assegurada a João indenização justa e posterior.

41

O Estado Alfa pretende contratar a reforma de determinada obra de interesse público, por meio de licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, para delegação à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da contratada seja remunerado e amortizado mediante a exploração da obra por prazo determinado.

No caso em tela, a contratação ocorrerá por:

- (A) concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, cujo contrato deve estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão e exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão;
- (B) permissão de serviço público, cujo contrato deve estipular as penalidades administrativas a que se sujeita a permissionária e exigir garantia do fiel cumprimento, pela permissionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão;
- (C) concessão de serviço público, cujo contrato deve estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão e os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária;
- (D) autorização de uso de bem público, cujo contrato deve estipular a exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária e prever o foro e o modo amigável de solução das divergências contratuais;
- (E) permissão de uso de bem público, cujo contrato deve prever os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à permissionária, e as condições para prorrogação do contrato.

42

Dona Aldeide garantiu à sua neta Rejane que, se essa se casasse, ganharia dela o colar de pérolas que se encontra na família há gerações. Entretanto, alguns anos depois, diante da ausência de perspectiva de matrimônio de Rejane, Aldeide doa o colar para outra neta, Ludmila.

A doação de Aldeide a Ludmila:

- (A) implica revogação tácita da promessa que fizera a Rejane, ante a incompatibilidade entre as duas;
- (B) é válida e eficaz, pois a promessa a Rejane já perdera o efeito pelo decurso do tempo sem casamento;
- (C) deixará de produzir efeito se Rejane vier a se casar, fazendo ela jus ao recebimento da joia;
- (D) é nula, porque Aldeide já tinha alienado o colar e, portanto, não tinha mais legitimidade para doá-lo;
- (E) é nula, porque embora Rejane tenha mera expectativa de direito, a conduta de Aldeide viola a boa-fé.

43

A sociedade Alfa firmou contrato de fornecimento com a sociedade Beta pelo prazo de cinco anos. A Beta se comprometeu a fornecer, até o último dia de cada mês, trezentas baterias modelo Cqb914. Em troca, a Alfa se obrigou a pagar o montante de cinquenta mil reais, por meio de transferência bancária para conta-corrente indicada, a serem corrigidos anualmente com base no IPCA, figurando a sociedade Gama como fiadora das obrigações da Alfa. No caso de atraso de qualquer das partes, foi cominada pena de multa de 2% e juros de 1% sobre o valor da prestação pecuniária.

Sobre o caso, é correto afirmar que:

- (A) paga uma das prestações da Alfa pela sociedade Gama, no vencimento, poderá esta exigir da Alfa o reembolso do valor despendido, mas não a multa de 2% e juros de 1% previstos no contrato;
- (B) realizada a transferência para conta distinta daquela estipulada no contrato, para que o pagamento seja considerado eficaz será necessário que a sociedade Alfa comprove que reverteu em proveito da sociedade Gama;
- (C) dissolvida a sociedade Gama, caso a sociedade Alfa se negue a encontrar outro fiador idôneo quando a sociedade Beta a intimar a fazê-lo, esta poderá cobrar imediatamente as dívidas vincendas;
- (D) para comprovar o adimplemento será necessário recibo que indique valor e espécie da dívida, nome do devedor, tempo e lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante;
- (E) sem autorização legal prévia, é nula a cláusula que prevê a correção anual das prestações com base no IPCA, pois as dívidas em dinheiro deverão ser pagas no vencimento, em moeda corrente e pelo valor nominal.

44

Quando se mudou para o exterior, Regina deixou o apartamento de que é proprietária aos cuidados de Estela até que retornasse, permitindo que ela usasse e fruisse como quisesse, contanto que pagasse as despesas, taxas e impostos relativos ao imóvel. Estela realizou obras de reparo, de ampliação do uso e de embelezamento do apartamento e o deu em locação a terceiro. Embora notificada do retorno de Regina, Estela recusa-se a devolver o imóvel, passando a agir de má-fé.

Diante disso, Estela tem o dever de:

- (A) ressarcir Regina pelos aluguéis que receber após instada a devolver o imóvel, mas pode ficar com os aluguéis recebidos até a notificação para devolução do bem;
- (B) suportar por conta própria as obras de ampliação do uso e de embelezamento do imóvel, só tendo direito ao ressarcimento dos gastos com as obras de reparo;
- (C) responder por todas as deteriorações do bem que venham a ocorrer após instada a devolvê-lo, ainda que não tenham ocorrido por culpa sua;
- (D) indenizar Regina por danos que tenha causado ao bem, mas poderá compensá-los com as benfeitorias que nele realizou até a sua efetiva devolução;
- (E) aceitar que as obras de reparo do imóvel que realizou sejam ressarcidas por Regina pelo seu custo efetivo, e não pelo seu valor atual.

45

A equipe de dez bombeiros capitaneada pelo sargento Silva viveu situação peculiar ao se deparar com um casal de desconhecidos preso nas ferragens de um prédio que desabara. Ana e Kevin, noivos de longa data, foram encontrados entre os escombros ainda vivos e lúcidos. Eles constataram que o estado de Kevin não lhe permitiria ser retirado a tempo de escapar com vida. Informado disso, Kevin pede a Ana que se case com ele ali mesmo. Ela imediatamente aceita, e ambos se recebem como esposo e esposa, emocionando a todos. Minutos depois, Kevin vem a falecer. Os bombeiros conseguem retirar Ana dos escombros e, seis dias depois, quando ela deixa o hospital, os bombeiros a acompanham para testemunhar o ocorrido perante a autoridade judicial, para efeitos de registro do seu casamento.

Nesse caso, houve casamento:

- (A) avuncular;
- (B) nuncupativo;
- (C) em caso de moléstia grave;
- (D) putativo;
- (E) inexistente.

46

Paulo e Genésia foram casados e tiveram dois filhos, Mariana e Alan. Entretanto, o casal nunca se recuperou da morte prematura de Alan, em um acidente de carro. Separado judicialmente de Genésia, com a partilha dos bens comuns, Paulo assumiu a criação de seus dois netos, Renata e André, filhos de Alan. Entretanto, quatro anos depois, Paulo veio a falecer.

O acervo hereditário deixado por Alan deve ser partilhado da seguinte forma:

- (A) metade para Genésia, um quarto para Mariana, um oitavo para Renata e um oitavo para André;
- (B) um terço para Genésia, um terço para Mariana, um sexto para Renata e um sexto para André;
- (C) um quarto para Genésia, um quarto para Mariana, um oitavo para Renata e um oitavo para André;
- (D) um terço para Mariana, um terço para Renata e um terço para André;
- (E) metade para Mariana, um quarto para Renata e um quarto para André.

47

Ajuizada ação de execução fundada em título extrajudicial, o executado, depois de validamente citado, efetivou o depósito do valor do crédito exequendo, acrescido das despesas processuais adiantadas e dos honorários advocatícios, a que se seguiu a manifestação de quitação pelo exequente.

Constatando que a execução atingiu o seu objetivo, deve o juiz:

- (A) proferir sentença de extinção do feito, determinando o seu arquivamento;
- (B) proferir decisão interlocutória, determinando o seu arquivamento;
- (C) proferir despacho de mero expediente, determinando o seu arquivamento;
- (D) determinar a suspensão do feito, no aguardo da indicação de bens do executado para que sejam penhorados;
- (E) determinar a intimação da Fazenda Pública estadual, a fim de que se manifeste sobre o seu eventual interesse no feito.

48

Validamente citado por oficial de justiça em processo no qual foi deduzida pretensão de cobrança de dívida, figurando como autor da ação o irmão do credor, o réu deixou de ofertar resposta no prazo legal.

Nesse cenário, deverá o juiz:

- (A) julgar procedente o pedido, em razão da revelia do réu;
- (B) decretar a revelia do réu e deferir as provas especificadas na petição inicial;
- (C) determinar a abertura de vista dos autos à Defensoria Pública, a fim de contestar a demanda;
- (D) determinar a renovação do ato citatório do réu, também por oficial de justiça;
- (E) julgar extinto o feito, sem resolução do mérito, em razão da carência acionária.

49

No que se refere à atuação da Defensoria Pública no processo civil, é correto afirmar que:

- (A) dispõe do prazo em quádruplo para ofertar contestação e interpor recursos;
- (B) a sua intimação dos atos do processo se efetiva por meio da publicação destes no órgão oficial;
- (C) tem a atribuição para atuar como curador especial do réu citado por hora certa, caso lhe seja decretada a revelia;
- (D) patrocina a causa daqueles que litiguem sob o pálio da gratuidade de justiça, aos quais é vedado contratar advogados particulares;
- (E) não pode pedir a intimação pessoal de seu patrocinado, ainda que o ato processual dependa de providência ou informe deste.

50

Tomando o primeiro contato com a petição inicial de uma demanda, o magistrado, embora tenha procedido ao juízo positivo de admissibilidade da ação, indeferiu o requerimento autoral de concessão de tutela provisória de urgência.

Quanto a esse provimento judicial, é correto afirmar que se trata de:

- (A) sentença, contra a qual cabe a interposição de recurso de apelação;
- (B) sentença, contra a qual cabe a interposição de recurso de agravo de instrumento;
- (C) decisão interlocutória, contra a qual cabe a interposição de recurso de apelação;
- (D) decisão interlocutória, contra a qual cabe a interposição de recurso de agravo de instrumento;
- (E) despacho, contra o qual cabe o ajuizamento de mandado de segurança.

51

André, em 2020, foi intimado a pagar uma quantia de cem mil reais, por força de uma sentença condenatória transitada em julgado em 2018. Após transcorrido o prazo legal, sem o pagamento voluntário, foi apresentada a impugnação, arguindo-se a inexigibilidade da obrigação, pois o Supremo Tribunal Federal, em 2019, em controle concentrado de constitucionalidade, declarou inconstitucional a lei que serviu de fundamento para a referida sentença.

Nesse cenário, pode-se afirmar que a matéria apresentada na impugnação é:

- (A) incorreta, vez que esta arguição deveria vir por meio de ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal;
- (B) correta, vez que também se considera inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal;
- (C) incorreta, pois a defesa cabível no processo de execução se opera pela ação de embargos à execução, que demanda uma via própria;
- (D) correta, pois nesta via defensiva, o executado poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento;
- (E) incorreta, vez que a decisão já transitou em julgado, cabendo apenas a via da reclamação para garantir a observância da decisão do Supremo Tribunal Federal.

52

Após uma decisão monocrática do relator, que negou provimento a um recurso de apelação, por entender ser este contrário à súmula do próprio tribunal, foram opostos embargos de declaração pela parte interessada.

Sobre esse recurso, é correto afirmar que:

- (A) os embargos de declaração deverão ser julgados pelo órgão colegiado do tribunal, devendo o relator levar em mesa na sessão subsequente;
- (B) o relator deverá, necessariamente, exercer o juízo de admissibilidade e, caso positivo, dar ou negar provimento aos embargos de declaração, não se admitindo qualquer fungibilidade recursal;
- (C) os embargos de declaração possuem efeito suspensivo e não interrompem o prazo para a interposição de recurso, caso não sejam conhecidos;
- (D) os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e não interrompem o prazo para a outra parte interpor o recurso;
- (E) o relator conhecerá dos embargos de declaração como agravo interno, se entender ser este o recurso cabível, desde que determine a intimação do recorrente para completar as razões recursais.

53

Um oficial de justiça, após procurar o réu em seu domicílio por duas vezes, sem o encontrar, e suspeitando de que este está se ocultando para evitar sua citação, intimou o vizinho do citando, vez que nenhum parente do réu foi encontrado, afirmando que voltaria no dia útil imediato, às 7 horas, a fim de efetuar a citação. Assim, no dia útil seguinte, e no horário designado, o oficial de justiça leu ao réu o mandado e lhe entregou a contrafé.

Nesse cenário, é correto afirmar que a citação:

- (A) foi ficta e se operou de forma válida. O juiz, em caso de revelia, deverá nomear curador especial ao réu;
- (B) é inválida, vez que o vizinho não poderia ser intimado para o ato, o que inviabiliza sua convalidação;
- (C) foi pessoal e se operou de forma válida. O juiz, em caso de revelia, não nomeará curador especial ao réu;
- (D) se operou de forma inválida, mas se convalidou quando o oficial de justiça entregou a contrafé ao réu;
- (E) se operou de forma inválida, vez que os atos processuais não podem ser praticados às 7 horas.

54

Após o oferecimento de embargos à execução, com fundamento em uma questão processual, o exequente requer a desistência da ação de execução.

Nesse cenário, o juiz agirá corretamente se:

- (A) intimar o executado para que manifeste sua concordância à desistência da ação de execução e se pronuncie sobre os embargos à execução;
- (B) extinguir tanto a ação de execução como a ação de embargos à execução, sem necessidade de prévia concordância do executado;
- (C) extinguir a ação de execução e intimar o executado para que manifeste sua prévia concordância com a extinção dos embargos à execução;
- (D) prosseguir com a ação de execução, uma vez que não é possível sua extinção pela desistência após o oferecimento dos embargos à execução;
- (E) extinguir a ação de execução e, independentemente de concordância do executado, prosseguir com a ação de embargos à execução.

55

Com relação à punibilidade da tentativa, é correto afirmar que:

- (A) como regra, o Código Penal adotou a teoria subjetiva;
- (B) o perigo de lesão ao bem jurídico tutelado é irrelevante;
- (C) a ausência de posse mansa e pacífica da coisa em crimes patrimoniais conduz à tentativa;
- (D) a pequena ofensividade da conduta impede a caracterização da tentativa;
- (E) quanto maior o *iter criminis* percorrido, menor a fração da causa de diminuição.

56

O conceito analítico de crime exige a realização de um comportamento humano.

Um comportamento humano que pode ensejar interesse jurídico-penal e responsabilização do agente que o desempenha é:

- (A) ação por coação física irresistível;
- (B) atos reflexos;
- (C) condutas culposas;
- (D) perda brusca de consciência;
- (E) atos automatizados.

57

Quando dois agentes, numa mesma dinâmica fática, direcionando suas condutas um contra o outro, atuam em legítima defesa real frente a uma atitude de legítima defesa putativa ou os dois agentes, numa mesma dinâmica fática, direcionando suas condutas um contra o outro, atuam em legítimas defesas putativas, concomitantemente, estará caracterizada hipótese de legítima defesa:

- (A) recíproca;
- (B) própria;
- (C) imprópria;
- (D) putativa;
- (E) sucessiva.

58

Ao lado das hipóteses de erros essenciais figuram os chamados erros acidentais, que, ao contrário daqueles, incidem sobre elementos não essenciais à configuração do crime, não afetando a decisão a respeito da imputação.

Uma hipótese de erro acidental é:

- (A) erro de tipo;
- (B) erro sobre a pessoa;
- (C) erro de proibição;
- (D) discriminantes putativas;
- (E) erro mandamental.

59

Mia, empregada doméstica, aceitou o convite do seu patrão, com quem trabalhava há aproximadamente dez anos, para prosseguir com a prestação de serviços para a família em outro Estado, em razão da transferência de local de trabalho do seu empregador. Mesmo longe de familiares e amigos, Mia aceitou a proposta, diante de aumento salarial, alimentação custeada, local para permanência, no interior da residência de seu empregador, e por se sentir integrante daquela família. Depois de alguns meses, Mia passou a ser alvo de agressões reiteradas por parte do seu patrão, consistentes em intensas chibatadas, sob o argumento de que, por ser mulher, não tinha capacidade de desenvolver as funções mais pesadas de manutenção caseira.

Tais condutas, do ponto de vista jurídico-penal, são configuradoras do delito de:

- (A) maus-tratos;
- (B) tortura discriminatória;
- (C) tortura castigo;
- (D) violência doméstica;
- (E) lesão corporal leve.

60

Constitui hipótese de cabimento de mandado de segurança em matéria criminal:

- (A) contra decisão judicial transitada em julgado;
- (B) contra ato judicial passível de recurso;
- (C) contra ato judicial passível de correição;
- (D) contra ato de promotor de justiça;
- (E) para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal.

61

Determinado recurso em sentido estrito foi incluído em pauta, para julgamento, tendo sido o patrono constituído cientificado para fins de sustentação oral. No dia do julgamento, foi deferido pedido de adiamento formulado pelo advogado constituído, redesignando-se o ato para a próxima sessão.

Em relação à nova data de julgamento:

- (A) deverá haver citação ao patrono;
- (B) deverá haver intimação ao patrono;
- (C) deverá haver notificação ao patrono;
- (D) deverá haver requisição do patrono;
- (E) é desnecessária nova comunicação ao patrono.

62

Em relação à Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que:

- (A) os institutos despenalizadores aplicam-se aos crimes previstos no Estatuto do Idoso, por expressa determinação legal;
- (B) o âmbito de incidência legal dos institutos despenalizadores não ultrapassa os limites formais e orgânicos dos Juizados Especiais Criminais;
- (C) crimes eleitorais que contam com um sistema punitivo especial não admitem a aplicação dos institutos despenalizadores;
- (D) aos crimes praticados com violência doméstica ou familiar contra a mulher, é possível a aplicação da suspensão condicional do processo;
- (E) a Lei Anticrime estendeu a aplicação do juiz das garantias aos procedimentos especiais, incluindo a Lei dos Juizados Especiais Criminais.

63

No que pertine ao procedimento comum ordinário, fixado no Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) é possível a realização do juízo desclassificatório prévio, quando a classificação jurídica do crime repercute na definição da competência;
- (B) a reação defensiva à imputação, no procedimento comum ordinário, ocorre por meio da apresentação da resposta preliminar;
- (C) no caso de réu detentor de foro por prerrogativa de função, o procedimento comum ordinário será aplicado na competência originária;
- (D) a não localização do réu para citação importa em deslocamento para o juízo criminal comum e aplicação do procedimento próprio;
- (E) agravantes e atenuantes devem ser calculadas no cômputo da pena mínima e da pena máxima, para fins de definição do procedimento a ser aplicado.

64

A implementação ou execução da captura em flagrante deve:

- (A) ser feita no horário de emanção de luz solar;
- (B) ser feita entre 5h e 21h;
- (C) ser feita entre 6h e 20h;
- (D) ser feita a qualquer momento;
- (E) respeitar o período de repouso noturno.

65

Nos crimes previstos no Art. 171 do Código Penal, a partir de junho de 2021, quando praticados mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, a competência será definida, no caso de vítima única:

- (A) pela prevenção;
- (B) pelo local da ação;
- (C) pelo local da consumação;
- (D) pelo domicílio do réu;
- (E) pelo domicílio da vítima.

66

João é servidor público civil estável do Estado de Rondônia e está lotado em órgão situado na capital Porto Velho. Um mês após o novo Governador tomar posse, João foi removido *ex officio* para exercer suas funções fora da localidade de sua residência, no interior do Estado, sendo notório o fato de que João era apoiador do candidato concorrente que perdeu as eleições para a chefia do Executivo estadual.

No caso em tela, de acordo com o texto da Constituição do Estado de Rondônia, João:

- (A) não poderia ser removido, no prazo de sessenta dias após a posse do Governador, salvo por falta disciplinar;
- (B) não poderia ser removido, nos seis meses posteriores à posse do Governador, salvo se houvesse seu consentimento;
- (C) não poderia ser removido, no prazo de noventa dias após a posse do Governador, salvo mediante prévio processo administrativo;
- (D) poderia ser removido a qualquer momento, por se tratar de questão afeta à discricionariedade administrativa, independentemente de contraditório e ampla defesa;
- (E) poderia ser removido a qualquer momento, por se tratar de questão afeta à discricionariedade administrativa, mediante prévio contraditório e ampla defesa.

67

Maria é servidora pública civil estável do Estado de Rondônia e, após votação, elegeu-se como presidente do sindicato de sua categoria profissional.

De acordo com a Lei Complementar nº 68/1992, que dispõe sobre seu regime jurídico funcional, a Maria:

- (A) é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, com ônus para o seu órgão de origem;
- (B) é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, com ônus para o sindicato;
- (C) não é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, mas é possível a acumulação das funções, desde que respeitada a carga horária de seu cargo efetivo;
- (D) não é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, mas é possível a acumulação das funções, desde que respeitado o cumprimento de 50% da carga horária de seu cargo efetivo;
- (E) não é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, mas é possível a licença para trato de assuntos particulares, sem remuneração.

68

João, Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, após processo administrativo disciplinar, recebeu a sanção disciplinar de demissão. Um ano depois, João reuniu provas de sua inocência e deu início a processo de revisão, que culminou com a decisão administrativa de invalidação de sua demissão.

No caso em tela, consoante dispõe a Lei Complementar nº 68/1992, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia, a reinvestidura de João no cargo anteriormente ocupado ocorreu por meio da:

- (A) ascensão funcional, sem direito a vantagens retroativas;
- (B) recondução, sem direito a vantagens retroativas;
- (C) reversão, com ressarcimento de todas as vantagens;
- (D) reintegração, com ressarcimento de todas as vantagens;
- (E) readaptação, com ressarcimento de todas as vantagens.

69

Joana é Analista Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia há dez anos e acabou de obter seu primeiro certificado de conclusão de curso de pós-graduação em sentido estrito, consistente em mestrado em Direito Público, área de interesse da Justiça, que certamente contribuirá para melhor desempenho de suas funções.

Conforme dispõe o plano de carreiras, cargos e salários dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (Lei Complementar nº 568/2010), Joana faz jus:

- (A) à gratificação de especialização, na ordem de 15% sobre seu vencimento básico;
- (B) à gratificação de qualificação, na ordem de 30% sobre seu vencimento básico;
- (C) ao adicional de qualificação funcional, na ordem de 21% sobre seu vencimento básico;
- (D) à progressão funcional, na ordem de 30% sobre seu vencimento básico;
- (E) ao adicional de incentivo, na ordem de 5% sobre seu vencimento básico.

70

José, Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, está inconformado com o teor de decisão administrativa proferida pelo Presidente do Tribunal de Justiça que lhe negou certo direito que entende que lhe assistiria como servidor público do Poder Judiciário.

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, é competente para apreciar, em caráter final, recurso administrativo interposto por José em face de tal decisão:

- (A) o Vice-Presidente do Tribunal;
- (B) o Corregedor-Geral da Justiça;
- (C) as Câmaras Reunidas Cíveis;
- (D) o Tribunal Pleno Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia;
- (E) o Conselho da Magistratura e de Gestão de Desenvolvimento Institucional.

Discursiva

1

Ajuizada ação de cobrança de dívida quatro anos após o seu vencimento, o réu alegou, em sua contestação, a prescrição trienal, o que foi refutado pelo autor, ao argumento de que o prazo prescricional em questão seria de cinco anos.

Acolhendo o argumento defensivo do réu, o juiz reconheceu a prescrição trienal em sentença que, diante da falta de preparo do recurso de apelação interposto pelo autor, transitou em julgado.

Partindo-se do pressuposto de que o prazo prescricional debatido no processo era realmente o quinquenal, ao contrário do que concluiu o juiz da causa, e levando em conta a sequência dos atos processuais praticados acima descritos, pergunta-se:

1. Qual a medida judicial de que deve se valer o autor da ação de cobrança para desconstituir a sentença proferida em seu desfavor? Qual a sua causa de pedir? Qual a natureza jurídica dessa medida?
2. Qual o prazo de que dispõe o interessado para intentar a medida? Qual o seu termo inicial?
3. Quais deverão ser os pedidos formulados na nova medida? Como se classifica essa cumulação de pedidos?
4. Além do preparo, quais são os demais requisitos de admissibilidade do recurso de apelação?
5. A qual(is) órgão(s) judicial(is) toca a competência para exercer o controle da presença dos requisitos de admissibilidade da apelação?

Valor: 15 pontos

Máximo de 30 linhas.

Redação

Todo dia que termina, como já disse um poeta, marca sempre menos tempo de vida que nos sobra. O tema de nossa redação é justamente esse: como administrar o tempo em nossas vidas, de modo que ele seja aliado, e não adversário, diante de nossos inúmeros projetos e compromissos?

Abaixo estão algumas frases de Machado de Assis sobre o tempo, apenas para inspirá-lo. Redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema, em linguagem culta, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, em que você expresse suas opiniões acompanhadas de argumentos convincentes.

Frases de Machado de Assis

1. “Matamos o tempo; o tempo nos enterra.”
2. “O tempo, como escultor vagaroso, não acaba logo, e vai polindo ao passar dos longos dias.”
3. “O tempo é um rato roedor das coisas.”
4. “O tempo é um tecido invisível em que se pode bordar tudo, uma flor, um pássaro, uma dama, um castelo, um túmulo. Também se pode bordar nada.”

Valor: 15 pontos

Folha de rascunho para redação

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Folha de rascunho

Rascunho para a 1ª questão (30 linhas)

1

5

10

15

20

25

30

Realização

